

AValiação DOS INDICADORES DE DESEMPENHO A LUZ DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Jonas Fernando Petry¹
Marcia Zaniewicz da Silva, Dra.²
Gustavo da Rosa Borges³
Denise Del Prá Netto Machado, Dra.⁴

RESUMO:

Este estudo tem como foco através do *MultiDimensional Scaling* mapear e determinar os indicadores que mais contribuem para o desenvolvimento como crescimento econômico das 37 cidades brasileiras foco do estudo. A pesquisa em relação aos seus objetivos classifica-se como descritiva. Quanto aos procedimentos, documental, a partir de dados oficiais. Quanto à abordagem, quantitativa. Como resultado, a maioria dos indicadores apresenta associação, o ID1 (número de empresas por faixa de pessoa ocupada 0 a 4) é, de forma significativa, a categoria pior representada no mapa percentual. Em contrapartida, os indicadores ID15 (expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade) e ID22 (THEIL) são os mais bem representados.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, crescimento econômico, desempenho das cidades brasileiras.

ABSTRACT

This study focuses on the use of the Multidimensional Scaling map and the indicators that contribute to the development and economic growth of the 37 Brazilian cities focus of the study. The research in relation to their goals classifies as descriptive. As for the procedures, documental, based on official data. Regarding the approach, quantitative. As a result, most of the indicators show an association: ID1 (number of companies per group of busy person 0-4) is a significantly worse category represented in the percentage map. In contrast, the ID15 (expected years of schooling to 18 years old) and ID22 (THEIL) indicators are the most well represented.

KEYWORDS: development, economic growth, performance of Brazilian cities.

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração – Universidade Regional de Blumenau – Bolsista do Programa RH-Doutorado – FAPEAM – e-mail jonaspetry@brturbo.com.br

² Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração – Universidade Regional de Blumenau – e-mail marciaza@gmail.com

³ Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração – Universidade Regional de Blumenau – e-mail gustavodarosaborges@gmail.com

⁴ Professora Doutora do programa de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB – e-mail profadenisedelpra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Até a década de 1930 quando um novo problema surgia no âmbito da economia do desenvolvimento, era natural que os economistas usassem uma teoria na tentativa de analisá-lo. A partir do surgimento da teoria geral de Keynes, após a Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento econômico tornou-se um importante tópico, para os economistas aplicarem as microteorias teorias ou as macro teorias convencionais, perceberam que as teorias vigentes não mais satisfaziam (LEIBENSTEIN, 1978). A urgência de uma nova abordagem para a compreensão do tipo de economia, a cultura e a sociedade em que vivemos foi agravada pelas crises e conflitos que marcaram a primeira década do século XXI (CASTELLS, 2011).

A nova economia institucional surgiu nos últimos anos, combinando as contribuições teóricas e empíricas de uma gama de disciplinas, nomeadamente a teoria do desenvolvimento econômico e a teoria do desenvolvimento. A nova economia institucional é um grande passo dentro do paradigma dominante da economia moderna, bem como um desafiou o papel dominante atribuído ao mercado e as ortodoxias dos últimos anos (HARRISS et al. 2003). Os economistas que haviam enfatizado a importância da falha de mercado na economia do desenvolvimento encontraram no novo institucionalismo uma nova justificativa para as suas crenças intervencionistas (BATES, 2003). A nova economia institucional é uma tentativa de incorporar uma teoria das instituições na economia, modificando e ampliando a teoria neoclássica para permitir lidar com uma gama de questões até então fora do seu alcance (NORTH, 2003). A mensagem central da nova economia institucional é que as instituições são importantes para o desempenho econômico (FURUBOTN; RICHTER, 2005).

As instituições são definidas como um conjunto de regras de trabalho que são usadas para determinar quem é elegível para tomar decisões em alguma arena, quais ações são permitidas ou constringidas, que regras de agregação serão utilizadas, quais os procedimentos que devem ser seguidos, quais informações devem ou não ser fornecidas, e que pagamentos serão atribuídos a indivíduos dependentes de suas ações. Todas as regras contêm prescrições ou permissões. Regras de trabalho são utilizadas para o monitoramento e aplicadas quando os indivíduos fazem escolhas sobre as ações (OSTROM, 1990). As instituições são as regras escritas e não escritas, normas e restrições que os seres humanos concebem para reduzir a incerteza e controlar seu ambiente. Estes incluem: (i) regras escritas e acordos que regem as relações contratuais e de governança corporativa, (ii) as constituições, leis e normas que regem a política, governo, finanças, e da sociedade de forma mais ampla, e (iii) os códigos não escritos de conduta, normas de comportamento e crenças (MENARD; SHIRLEY, 2005).

Arranjos organizacionais são os diferentes modos de governança que os agentes implementam para apoiar a produção e a troca. Estes incluem: (i) os mercados, empresas e as várias combinações de formas que os agentes econômicos se desenvolvem para facilitar as transações e (ii) acordos contratuais que fornecem uma estrutura para a organização de atividades, bem como (iii) as características comportamentais que fundamentam os arranjos escolhidos (MENARD; SHIRLEY, 2005). No estudo das instituições e sua interação com acordos específicos, os novos institucionalistas tornaram-se cada vez mais preocupados com os modelos mentais e outros aspectos da cognição que determinam como os seres humanos interpretam a realidade, que por sua vez forma o ambiente institucional que constroem (NORTH, 1990; WILLIAMSON, 2000; MENARD; SHIRLEY, 2005).

O presente trabalho integra duas teorias na compreensão do desenvolvimento como crescimento econômico: a teoria do desenvolvimento (MCMICHAEL, 2011); e a teoria do desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1934). A teoria do desenvolvimento é constituída a partir de um conjunto epistemológico. Nesse sentido, busca-se uma interpretação pluralista na compreensão do desempenho das cidades brasileiras com uma população de 140 mil habitantes, com variação positiva ou negativa de 10%. Para isso, tem-se como objetivo

identificar os indicadores que mais contribuem para o desenvolvimento como crescimento econômico dessas cidades através do escalonamento multidimensional.

Além da introdução, o presente estudo está apresentado em mais três seções. A seção 2 foi dedicada à fundamentação teórica. Na seção 3, é posto em debate a análise dos dados com os métodos da pesquisa. As conclusões e direções para pesquisas futuras estão relatadas na seção 4 seguidas das referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vivemos num período de transição histórica entre diferentes formas de sociedade. Talvez motivada pelas grandes transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais que se uniram para dar origem a uma nova forma de sociedade. Possivelmente, porque as categorias intelectuais que usamos para entender o que acontece ao nosso redor tenham sido imprimidas em circunstâncias diferentes, e dificilmente podemos compreender o que é novo, referindo-se ao passado (CASTELLS, 2011). A urgência de uma nova abordagem para a compreensão do tipo de economia, da cultura e da sociedade em que vivemos foi agravada pelas crises e conflitos que marcaram a primeira década do século XXI (CASTELLS, 2011). Para isso, algumas teorias foram propostas para a compreensão do desenvolvimento como crescimento econômico (NABLI; NUGENT, 1996; POULTON et al. 1998), tais como: a teoria do desenvolvimento (MCMICHAEL, 2011); e a teoria do desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1934).

O desenvolvimento econômico pode ser definido como as ações políticas que visam a promover o bem-estar e a qualidade de vida de uma comunidade econômica (SCHUMPETER, 1934). A teoria do desenvolvimento é constituída a partir de um conjunto epistemológico que versa sobre como a mudança desejável de uma sociedade é melhor compreendida (ADELMAN; MORRIS, 1997; HETTNE, 2009). Tal concepção recorre a uma variedade de abordagens das ciências sociais como: (i) teoria da modernização (GIDDENS, 1990); (ii) estruturalismo (ARNDT, 1985); (iii) teoria da dependência (FERRARO, 2008); teoria das necessidades básicas (JOLLY, 1976; STREETEN; BURKI, 1978); (iv) Teoria neoliberal (CLARKE, 2005); e as teorias recentes como: (vi) teoria pós-desenvolvimento (ESTEVA, 1987; SACHS, 1992; ESCOBAR, 2000)); teoria do desenvolvimento sustentável (BRUNDTLAND, 1987; ELKINGTON, 2004; KOCMANOVÁ et al. 2011); e a (viii) teoria do desenvolvimento humano (UL HAQ, 1996; SEN, 1999).

A teoria do desenvolvimento surgiu em resposta a grandes mudanças políticas e econômicas no final da Segunda Guerra Mundial, incluindo a necessidade de reconstruir as economias e fornecer infraestrutura financeira e política para aumentar o comércio internacional (MCMICHAEL, 2011).

Desenvolvimento no sentido moderno implica mudança social intencional, de acordo com os objetivos da sociedade (HETTNE, 2009). Por outro lado, nem todos os objetivos sociais são desenvolvidos, para isso, o desenvolvimento precisa da intervenção de acordo com um padrão de melhoria, que é a intervenção. Esta, obviamente, varia de acordo com a classe, a cultura, o contexto histórico e as relações de poder. A teoria do desenvolvimento é a negociação destas questões (WILLIS, 2011).

As principais premissas da teoria da modernização, na maioria das vezes, usam a abordagem de que a organização é um processo social associado ao desenvolvimento econômico (LERNER, 1967; WOOLCOCK, 1998), e por outro lado, a modernização diz respeito a um processo que constitui um padrão universal (STEPHENSON, 1968). Assim, teorias da modernização não se referem apenas às mudanças econômicas, mas a transformações sociais (WILLIS, 2011).

A teoria da modernização tornou-se o marco referencial da prescrição evolutiva para o desenvolvimento (GIDDENS, 1990). A teoria evoluiu em três fases, a primeira na década de

1950 a 1960, na tentativa de explicar a difusão de estilos de vida ocidental, as inovações tecnológicas e os tipos individualistas de comunicação (altamente seletivos) como a superioridade secular, materialista, cultura individualista e a motivação individual de realização (LERNER, 1958; SCHRAMM, 1964).

A segunda fase da teoria da modernização é parte da teoria crítica, popular na década de 1970 e 1980. Esse período foi marcado pela influência da modernização ocidental (SCHILLER, 1976). A terceira fase é marcada pela pós-modernidade, período que tenta descobrir as contradições no processo da modernização e as consequências da modernidade para os indivíduos na sociedade contemporânea (GIDDENS, 1990, 1991).

A teoria estruturalista surgiu a partir de um contexto marcado por dois acontecimentos históricos e uma grande força intelectual: (i) a grande depressão, a industrialização bem sucedida na União Soviética (LIN, 2010), (ii) e a ascensão do pensamento keynesiano, que se tornou dominante em todo o mundo, de tal forma que os economistas estruturalistas não tinham dúvidas sobre a importância da demanda para o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA et al. 2012). A abordagem estruturalista explica a natureza das economias e dos níveis de desenvolvimento da América Latina que está associada à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), criada em 1947 (WILLIS, 2011). O ponto de partida foi a luta contra a pobreza, e o reconhecimento de que, em sua busca de crescimento, os países em desenvolvimento enfrentam desafios estruturais que são diferentes dos países de alta renda (LIN, 2010).

Na concepção econômica o estruturalismo representa uma abordagem holística sob dois prismas: a primeira com uma abordagem econômica e a segunda compreendendo a natureza humana (STREET; JAMES, 1982). A primeira identifica o sistema econômico como um processo evolutivo não equilibrante, e a segunda percebe o comportamento humano como caracterizado por padrões habituais resultantes do condicionamento cultural (STREET; JAMES, 1982; MISSIO et al. 2014).

A teoria da dependência foi desenvolvida na década de 1950 por Raul Prebisch (1949) e Hans Wolfgang Singer (1950). De forma independente, a tese de Prebisch e Singer postula que os termos de troca entre produtos primários e bens manufaturados deterioram-se no tempo. Prebisch (1949) estava preocupado com o fato de que o crescimento econômico nos países industrializados não conduz necessariamente ao crescimento nos países mais pobres.

A definição da teoria da dependência é sistematizada sobre o desenvolvimento econômico de um estado em termos de influências externas – políticas, econômicas e culturais – sobre as políticas nacionais de desenvolvimento (SUNKEL, 1969).

A nova forma de dependência está em processo de desenvolvimento e é condicionada pelas exigências dos mercados internacionais de commodities e de capitais. A possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de máquinas e matérias-primas processadas não produzidas internamente (DOS SANTOS, 1970; FERRARO, 2008). Tais aquisições estão sujeitas a duas limitações: o limite dos recursos gerados pelo setor exportador (refletidos no balanço de pagamentos, que inclui não apenas o comércio, mas também relações de serviço), e as limitações de monopólio sobre patentes o que leva as empresas monopolistas que preferem transferir suas máquinas na forma de capital e não como mercadorias para venda (DOS SANTOS, 1970; FERRARO, 2008).

Desde a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos governos tem focado em políticas de crescimento econômico, o que levou a um crescimento rápido e sustentado da produção nacional e a investimentos em países desenvolvidos e em desenvolvimento. No entanto, tornou-se cada vez mais evidente, principalmente a partir da experiência dos países em desenvolvimento, que o rápido crescimento no âmbito nacional não reduz automaticamente a pobreza e a desigualdade ou proporciona emprego produtivo suficiente (ILO, 1976). Em

quase todos os países, no entanto, o acesso insuficiente e desigual ao emprego é uma das principais causas da pobreza e da desigualdade (ILO, 1976).

A ideia da teoria das necessidades básicas originou na década de 1940, do artigo de Albert Maslow (1943), que distinguiu uma hierarquia de cinco necessidades começando com fisiológica e terminando com necessidades de auto realização. Na década de 1970, a temática da teoria das necessidades básicas volta ao centro das discussões com o programa da Organização Internacional do Trabalho OIT (ILO, 1976). O programa trouxe o emprego, as pessoas e as necessidades humanas de volta para o centro da estratégia de desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Outra teoria consistente com evidências na economia é o neoliberalismo que apresenta-se como uma doutrina baseada nas verdades inexoráveis da economia moderna (CLARKE, 2005). Os fundamentos ideológicos do neoliberalismo estão na obra clássica de Adam Smith *A Riqueza das Nações*. O neoliberalismo surgiu como uma resposta ideológica à crise do modelo keynesiano, que foi precipitada com o fim do boom do pós-guerra. A crise manifestou-se com uma desaceleração do ritmo de acumulação capitalista global, ao lado de uma escalada da inflação e uma dificuldade crescente de déficits orçamentários, o que obrigou os governos a impor políticas monetárias restritivas e cortar planos de despesas do Estado (CLARKE, 2005).

As mudanças criaram novos empregos e novas empresas, perturbando o equilíbrio (SCHUMPETER, 1934). Surgiram novas teorias, além das discutidas acima, buscando compreender o desenvolvimento econômico. Por exemplo: a teoria do desenvolvimento sustentável, preocupada com o desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987). O desenvolvimento sustentável surgiu a partir da hibridação do desenvolvimento social e das teorias ecológicas. Dada a crescente evidência da responsabilidade humana na mudança ambiental global, os debates sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente aumentaram. A ideia do desenvolvimento sustentável emergiu da problematização da relação entre a sociedade e seu ambiente natural (VANHULST; BELING, 2014). O desenvolvimento sustentável tornou-se um eixo central na formulação das políticas, estratégias de negócios, e nas pesquisas da sociedade civil (ELLIOTT, 2012; ZACAI, 2012).

Partindo das diferentes abordagens teóricas, a teoria do desenvolvimento humano usa diferentes origens com foco no capital social de modo a otimizar o capital humano na economia (SEN, 1999). O programa das nações unidas para o desenvolvimento em seu relatório de 2013 examinou questões e tendências emergentes do progresso humano no panorama do desenvolvimento (PNUD, 2013). O relatório observa uma transformação de um grande número de países em desenvolvimento que terão um impacto significativo sobre o progresso do desenvolvimento humano (PNUD, 2013). Os dados do relatório enfraquecem a crença de que tem sido dominante em muitos círculos políticos de que desenvolvimento humano (como o processo de expansão da educação, saúde e outras condições de vida humana) é muitas vezes chamado de luxo que só os países ricos podem pagar (UL HAQ, 1996). O aspecto econômico na teoria do desenvolvimento humano percebe os efeitos positivos das novas tecnologias industriais sobre o crescimento, e a melhoria nos padrões de vida. Em resumo, são os efeitos das políticas econômicas sobre o bem estar dos povos (SEN, 1999).

Finalmente, neste sentido é preciso buscar uma interpretação pluralista em vez de uma única abordagem na compreensão do desenvolvimento. Desde Schumpeter (1934), McKinnon (1973) e Shaw (1973), a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico tem sido amplamente discutida tanto no âmbito teórico quanto empírico (KING; LEVINE, 1993; DE GREGORIO; GUIDOTTI, 1995; DEMETRIADES; HUSSEIN, 1996; LEVINE, 1997; CALDERÓN; LIU, 2003; FUNG, 2009; LIU; LI, 2010; BITTENCOURT, 2012; ZHANG;

WANG, 2012; UDDIN et al. 2013; HSUEH et al. 2013). O desenvolvimento é crucial para o crescimento econômico (CALDERÓN; LIU, 2003). As contribuições da literatura sugerem uma forte correlação positiva entre o grau de desenvolvimento e o crescimento econômico (DE GREGORIO; GUIDOTTI, 1995). O desenvolvimento econômico deve combinar cinco elementos tais como: (1) crescimento autossustentável; (2) as mudanças estruturais nos padrões de produção; (3) a modernização tecnológica; (4) a modernização social, política e institucional; e a (5) melhora generalizada na condição humana (ADELMAN; YELDAN, 2000).

O desenvolvimento econômico só foi possível após o fim da Segunda Guerra Mundial (ADELMAN; YELDAN, 2000). O desenvolvimento econômico é um processo de inovações em que as interações de inovações nos setores financeiros e reais fornecem uma força motriz para o crescimento econômico dinâmico (SCHUMPETER, 1934; HASSAN; SANCHEZ, 2011). Análise de séries temporais multivariadas é uma abordagem padrão empregada por estudos anteriores para examinar a relação causal entre desenvolvimento e crescimento econômico (FUNG, 2009).

A teoria do desenvolvimento é um conglomerado de teorias sobre como as mudanças desejáveis na sociedade são melhor alcançadas. O termo desenvolvimento econômico neste artigo refere-se a um crescimento generalizado amplamente compartilhado, econômico sustentável acompanhado por mudanças estruturais significativas nos padrões de produção e nas instituições econômicas e políticas e pela melhoria generalizada nos padrões de vida. Esta definição distingue o desenvolvimento econômico de crescimento econômico que se baseia estritamente na produção e distribuição, fundamentado na exploração dos recursos naturais, e não acompanhado por mudanças sistêmicas na estrutura de produção, desenvolvimento institucional ou melhoria do nível de vida dos pobres (ADELMAN; MORRIS, 1997; OMIDEYI, 2007).

Sem excluir qualquer uma das escolas de pensamento discutidas acima, a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico é considerada um interativo neste estudo. Neste apuro, portanto, a convergência no desenvolvimento e crescimento econômico é examinada em uma base de sistema de equação *MultiDimensional Scaling*.

3. METODOLOGIA

O processo de coleta de dados contou com múltiplas fontes de pesquisas. O método utilizado foi quantitativo, com a utilização do *MultiDimensional Scaling* (EMD), que tem como propósito fornecer uma representação visual do padrão de semelhanças e dissimelhanças entre um conjunto de objetos (KRUSKAL, 1964), por meio do *software IBM® SPSS Statistics 21*.

O EMD é uma técnica matemática de interdependência que permite mapear distâncias entre pontos em uma representação gráfica espacial e, portanto, ajuda na identificação de dimensões-chave (FÁVERO et al., 2009). O EMD é um procedimento que permite determinar a imagem relativa percebida do conjunto de indicadores (HAIR et al., 2009).

O universo da pesquisa é composto por todos os municípios brasileiros, já a amostra, de natureza não probabilística, é constituída por municípios que, no ano de 2010, continham segundo dados de Censo (IBGE, 2013), uma população de 140 mil habitantes, com variação positiva ou negativa de 10%. Nessa condição, foram selecionadas 37 cidades que juntas correspondem por 51,9% do PIB.

O EMD é uma técnica exploratória multivariada que permite representar de forma parcimoniosa, num sistema dimensional, as proximidades entre os 29 indicadores selecionados que mais contribuem para o desenvolvimento como crescimento econômico das 37 cidades brasileiras selecionadas (MARÔCO, 2011). O EMD é constituído por uma família de modelos pelos quais um conjunto de dados é representado por um conjunto de pontos num

espaço em que as relações geométricas entre esses pontos correspondem, o mais próximo possível, às relações empíricas no conjunto de dados (CARROLL; ARABIE, 1998; COXON, 1982).

4. ANÁLISE DOS DADOS

Quanto ao universo pesquisado, ele é composto por todos os municípios brasileiros, já a amostra, de natureza não probabilística, é constituída por aqueles que, no ano de 2010, continham segundo dados de Censo (IBGE, 2013), uma população de 140 mil habitantes, com variação positiva ou negativa de 10%. Nessa condição, foram selecionadas 37 cidades, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Cidades pertencentes a amostra

| UF | CIDADE | POPULAÇÃO | UF | CIDADE | POPULAÇÃO |
|----|------------------------|-----------|----|----------------------|-----------|
| PE | Garanhuns | 129.408 | SP | Itapetininga | 144.377 |
| PE | Vitória de Santo Antão | 129.974 | PE | Camaragibe | 144.466 |
| MG | Pouso Alegre | 130.615 | PI | Parnaíba | 145.705 |
| RS | Sapucaia do Sul | 130.957 | SP | Bragança Paulista | 146.744 |
| SP | Jaú | 131.040 | SP | Pindamonhangaba | 146.995 |
| SP | Franco da Rocha | 131.604 | SP | São Caetano do Sul | 149.263 |
| GO | Valparaíso de Goiás | 132.982 | TO | Araguaína | 150.484 |
| MG | Teófilo Otoni | 134.745 | BA | Jequié | 151.895 |
| SP | Mogi Guaçu | 137.245 | MG | Poços de Caldas | 152.435 |
| SC | Palhoça | 137.334 | SP | Itapeverica da Serra | 152.614 |
| BA | Barreiras | 137.427 | PA | Parauapebas | 153.908 |
| RJ | Queimados | 137.962 | SP | Itu | 154.147 |
| BA | Teixeira de Freitas | 138.341 | SP | Francisco Morato | 154.472 |
| MG | Patos de Minas | 138.710 | MA | Caxias | 155.129 |
| PR | Paranaguá | 140.469 | MA | Timon | 155.460 |
| PA | Abaetetuba | 141.100 | SC | Lages | 156.727 |
| ES | Linhares | 141.306 | RJ | Nilópolis | 157.425 |
| BA | Alagoinhas | 141.949 | MG | Ibirité | 158.954 |
| SC | Jaraguá do Sul | 143.123 | | | |

Fonte: IBGE (2013)

A amostra congrega 14 unidades federativas – 51,9% do total do PIB do país. O Estado de São Paulo é o que contém o maior número de cidades integrantes da amostra – 27%, seguido de Minas Gerais com 13,5%, Bahia com 10,8% da amostra, Santa Catarina e Pernambuco, cada um com 8,1% de participação, na sequência vem o Estado do Maranhão, Pará e Rio de Janeiro, com 5,4% cada, quanto aos demais Estados representados, cada um participa com 2,7% da amostra.

No que se refere ao conjunto de indicadores, utilizam-se um conjunto de 29 indicadores, cujo ano-base de coleta é 2010. A justificativa da escolha de cada um dos indicadores utilizados está pautada na disponibilidade dos dados, na miscigenação de indicadores quantitativos de natureza econômica, social, e de conservação dos recursos naturais.

O conjunto de indicadores está arrolado com o ambiente social das organizações, dispostos em: ID1= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 0 a 4; ID2= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 5 a 9; ID3= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 10 a 19; ID4= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 20 a 29; ID5= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 30 a 49; ID6= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 50 a 59; ID7= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 100 a 249; ID8= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 250 a 499; ID9= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 500 ou mais; ID10= Número de empresas; ID11= Salário médio; ID12= PIB; ID13= Esperança de vida ao nascer; ID14= Mortalidade infantil;

ID15= Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade; ID16= Taxa analfabetismo 25 anos ou mais; ID17= Percentual população 18 anos ou mais com ensino médio completo; ID18= Percentual da população com 25 anos ou mais com superior completo; ID19= GINI; ID20= Percentual de extremante pobres; ID21= Renda per Capita; ID22= THEIL; ID23= Grau de formalização do pessoal ocupado; ID24= percentual população com coleta de LIXO; ID25= percentual população com LUZ; ID26= IDHM; ID27= IDHM_E; ID28= IDHM_L; ID29= IDHM_R. A fonte de coleta dos dados está descrita no Quadro 2.

Quadro 2: Fonte de coleta de dados dos indicadores, ano base 2010.

| Código | Descrição dos indicadores | Local de coleta dos dados |
|---------------|---|----------------------------------|
| ID1= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 0 a 4 | Ministério do Trabalho |
| ID2= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 5 a 9 | Ministério do Trabalho |
| ID3= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 10 a 19 | Ministério do Trabalho |
| ID4= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 20 a 29 | Ministério do Trabalho |
| ID5= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 30 a 49 | Ministério do Trabalho |
| ID6= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 50 a 59 | Ministério do Trabalho |
| ID7= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 100 a 249 | Ministério do Trabalho |
| ID8= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 250 a 499 | Ministério do Trabalho |
| ID9= | Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 500 ou mais | Ministério do Trabalho |
| ID10= | Número de empresas | Ministério do Trabalho |
| ID11= | Salário médio | IBGE |
| ID12= | PIB | IBGE |
| ID13= | Esperança de vida ao nascer | IBGE |
| ID14= | Mortalidade infantil | Ministério da Saúde |
| ID15= | Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade | IBGE |
| ID16= | Taxa analfabetismo 25 anos ou mais | IBGE |
| ID17= | Percentual população 18 anos ou mais com ensino médio completo | IBGE |
| ID18= | Percentual da população com 25 anos ou mais com superior completo | IBGE |
| ID19= | GINI | IBGE |
| ID20= | Percentual de extremante pobres | IBGE |
| ID21= | Renda per Capita | IBGE |
| ID22= | THEIL | PENUD |
| ID23= | Grau de formalização do pessoal ocupado | IBGE |
| ID24= | percentual população com coleta de LIXO | IBGE |
| ID25= | percentual população com coleta com LUZ | IBGE |
| ID26= | IDHM | PENUD |
| ID27= | IDHM_E | PENUD |
| ID28= | IDHM_L | PENUD |
| ID29= | IDHM_R | PENUD |

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

PENUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Fonte: Adaptado do IBGE (2010), PENUD (2013), Ministério do Trabalho e Emprego (2013)

As semelhanças e dissemelhanças entre o conjunto de 29 indicadores foram avaliadas por Escalonamento Multidimensional Replicado. Foram utilizadas 29 indicadores para calcular as proximidades entre eles. Para isso, usou-se o algoritmo Proxscal implementado no SPSS Statistics (v.20, IBM SPSS, Chicago, IL). A seleção do número mínimo de dimensões necessárias para reproduzir de forma moderada as semelhanças e dissemelhanças entre os indicadores foi avaliada segundo critério do *Scree Plot* e dos gráficos das proximidades transformadas como descrito em Marôco (2011).

A qualidade final do modelo foi avaliada também pelo DAF usando os valores de referência definidos por Kruskal (1964) e Marôco (2011).

Proximidades

Quadro 3 apresenta o resumo do processamento

Resumo do processamento de caso^a

| Casos | | | | | |
|--------|-------------|---------|-------------|-------|-------------|
| Válido | | Ausente | | Total | |
| N | Porcentagem | N | Porcentagem | N | Porcentagem |
| 37 | 100,0% | 0 | 0,0% | 37 | 100,0% |

a. Distância Euclidiana usada

Quadro 3 – Resumo do processamento de caso

Fonte: dados da pesquisa.

Proxscal

Quadro 4 algoritmo PROXSCAL

Crédito

| |
|---|
| Proxscal Version 1.0 By Data Theory Scaling System Group (DTSS) Faculty of Social and Behavioral Sciences Leiden University, The Netherlands |
|---|

Fonte: dados da pesquisa.

Os Quadros 4 e 5 referem-se ao algoritmo PROXSCAL implementado no SPSS *Statistics* e ao o número de casos e fontes utilizados na análise.

A partir de 29 casos, observaram-se 406 medidas de proximidade.

Quadro 5 Resumo do processamento de caso

Resumo do processamento de caso

| | |
|----------------------------------|------------------|
| Casos | 29 |
| Fontes | 1 |
| Objetos | 29 |
| Proximidades totais | 406 ^a |
| Proximidades ausentes | 0 |
| Proximidades ativas ^b | 406 |

a. Soma de todas as proximidades estritamente triangulares inferiores.

b. As proximidades ativas incluem todas as proximidades não ausentes.

Fonte: dados da pesquisa

Adequação do Ajuste

Quadro 6 Adequação do ajuste

Medidas de stress e ajuste

Dimensionalidade: 1

| | |
|---------------------------------------|----------------------|
| Stress bruto normalizado | 0,03275 |
| Stress-I | 0,18096 ^s |
| Stress-II | 0,28178 ^s |
| Stress S | 0,03683 ^t |
| Dispersão contabilizada para (D.A.F.) | 0,96725 |
| Coefficiente de congruência de Tucker | 0,98349 |

PROXSCAL minimiza o stress bruto normalizado.

s. Fator de escala ideal = 1,034.

t. Fator de escala ideal = 1,009.

Fonte: dados da pesquisa

A adequação de ajuste avalia a qualidade do modelo para a menor dimensão selecionada na área do modelo. Os valores do *Raw Stress* normalizados, Stress-1 e DAF.

Os valores do *Stress-I* (0,180) e da *DAF* (0,967) permitem classificar a solução de duas dimensões de “razoável” a “muito boa” (KRUSKAL, 1964).

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o gráfico representado pela Figura 1 do *Scree Plot*, observa-se uma redução considerável do *Raw Stress* normalizado de uma solução com uma dimensão para

uma solução com duas dimensões. Adicionando a uma quarta dimensão, reduz-se consideravelmente o *Raw Stress*. Contudo a retenção de 3 dimensões não melhora a representação entre as distâncias e as proximidades transformadas, que, estão melhor representadas pela Figura 2 no *Residual Plot*.

Figura 1. Scree Plot

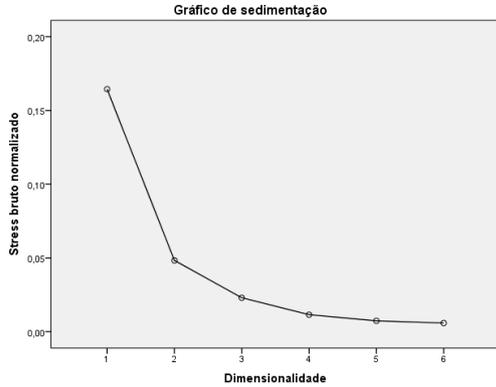
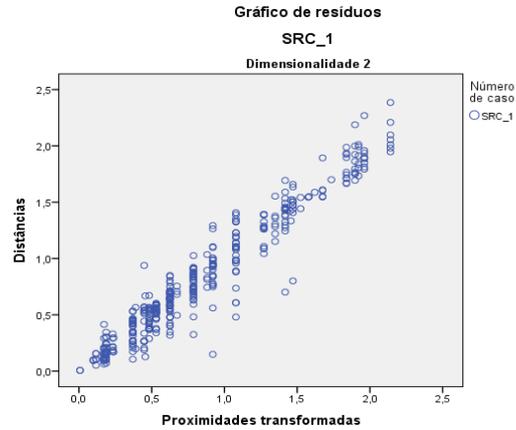


Figura 2. Residual Plot

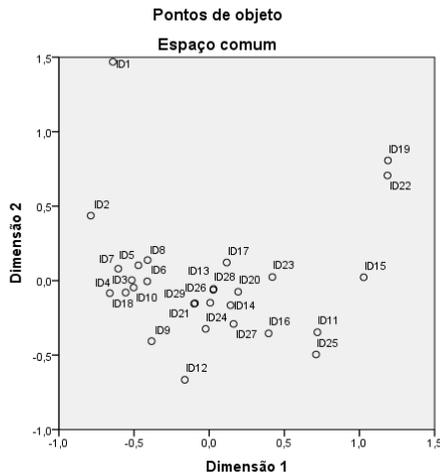


Fonte: dados da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa

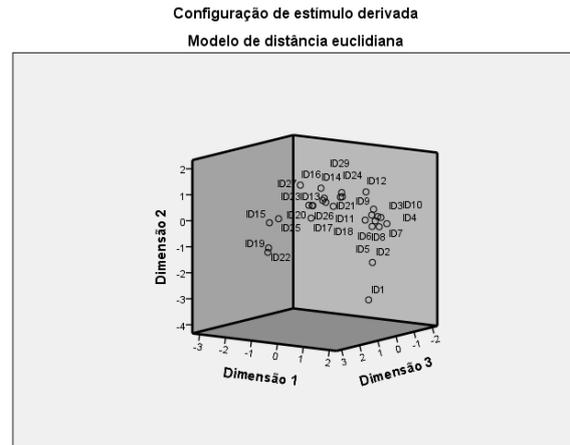
Os valores das proximidades transformadas vs. distância dispõem-se em torno da linha 1,5:1,5 sugerindo que a solução encontrada de duas dimensões representa convenientemente as proximidades entre os indicadores em estudo. As Figuras 3 e 4 reproduzem os pontos do objeto, permitindo observar que os indicadores ID1 (número de empresas por faixa de pessoa ocupada 0 a 4), ID15 (expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade), ID22 (THEIL), ID19 (GINI), ID12 (PIB), ID11 (salário médio), ID25 (percentual população com coleta e com luz), ID23 (grau de formalização do pessoal ocupado, ID20 (percentual de extremamente pobres, ID17 (percentual população 18 anos ou mais com ensino médio completo) são os 10 indicadores em ordem de dissimilaridade mais dissimilares dos 29 indicadores propostos. Naturalmente, os indicadores que apresentam valores maiores são os mais mal representados no mapa percentual. O ID1 (com Stress-I = 0,028) é de longe o indicador mais mal representado no mapa percentual com duas dimensões.

Figura 3. Pontos do Objeto



Fonte: dados da pesquisa

Figura 4. Mapa tridimensional



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o mapa tridimensional (Figura 4) é fácil perceber o conjunto de indicadores dissimilares arrolados com o ambiente social das organizações. O indicador ID1 é o mais dissimilar dos demais. A Figura 3 é uma rotação diferente dos eixos do gráfico para facilitar a interpretação, no entanto, as duas representações não são suficientes para ilustrar as relações entre semelhanças e dissemelhanças dos 29 indicadores e das 37 cidades.

O Quadro 8 apresenta a distância euclidiana entre os indicadores, com isso, a medida de similaridade é o coeficiente de correlação, pois quanto maior seu valor, maior a associação de dissimilaridade a distância euclidiana, pois quanto menor o valor mais próximo os indicadores estão uns dos outros.

Por fim, os 29 indicadores foram classificados pela decomposição do stress bruto normalizado, que permitiu identificar os que mais contribuem para o desenvolvimento como crescimento econômico das 37 cidades brasileiras. Dos 29 indicadores, apenas 15 estão representados em ordem de melhor representação percentual no Quadro 7.

Quadro 7: Representação dos melhores indicadores/variáveis
Decomposição de stress bruto normalizado

| | Fonte | Média |
|-------------|-------|-------|
| | SRC_1 | |
| ID7 | ,0091 | ,0091 |
| ID6 | ,0098 | ,0098 |
| ID3 | ,0121 | ,0121 |
| ID10 | ,0141 | ,0141 |
| ID4 | ,0143 | ,0143 |
| ID5 | ,0169 | ,0169 |
| ID21 | ,0198 | ,0198 |
| Objeto ID26 | ,0200 | ,0200 |
| ID27 | ,0210 | ,0210 |
| ID2 | ,0216 | ,0216 |
| ID8 | ,0220 | ,0220 |
| ID29 | ,0221 | ,0221 |
| ID28 | ,0242 | ,0242 |
| ID18 | ,0247 | ,0247 |
| ID13 | ,0270 | ,0270 |
| Média | ,0186 | ,0186 |

ID7= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 100
 ID6= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 50 a 59 a 249
 ID3= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 10
 ID10= Número de empresas a 19
 ID4= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 20 a 29
 ID5= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 30 a 49
 ID21= Renda
 ID26= IDHM
 ID27= IDHM_E per Capita
 ID2= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 5 a 9
 ID8= Número de empresas por faixa de pessoa ocupada 250 a 499
 ID29= IDHM_R
 ID28= IDHM_L
 ID18= Percentual da população com 25 anos ou mais com superior completo
 ID13= Esperança de vida ao nascer

Fonte: dados da pesquisa

4. CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi identificar os indicadores que mais contribuem para o desenvolvimento como crescimento econômico das 37 cidades brasileiras em discussão através do *MultiDimensional Scaling*.

De acordo com os critérios de avaliação da qualidade da solução, baseados no *STRESS-1*(0,180); e *DAF*(0,967), a solução das duas dimensões é classificada como razoável a muito boa. Nota-se que a solução com duas dimensões é considerada a melhor.

A Figura 3 dos pontos do objeto representa a dispersão dos indicadores. Naturalmente os indicadores com maiores valores são os mais mal representadas no mapa percentual. O ID1 (número de empresas por faixa de pessoa ocupada 0 a 4) é, de forma significativa, a categoria pior representada no mapa percentual. Em contrapartida, os indicadores ID15 (expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade) e ID22 (THEIL) são os mais bem representados.

De acordo com os critérios do *Scree Plot* (Figura 1) e dos gráficos de proximidades transformadas (Figura 2. *Residual Plot*) vs. distâncias (Quadro 8: distância euclidiana entre indicadores) obteve-se duas dimensões que são capazes de reproduzir de forma apropriada ($STRESS-1=0,180$); $DAF=0,967$) os indicadores que mais contribuem para o desenvolvimento econômico das 37 cidades brasileiras. A Figura 3 ilustra o mapa percentual do estudo onde se posicionam os 29 indicadores de acordo com as semelhanças/dissemelhanças na mensuração dos indicadores que mais contribuem para o desenvolvimento das cidades.

No Quadro 7, são apresentados os melhores indicadores que representam o desempenho das 37 cidades brasileiras. Esse desenvolvimento econômico é definido por Schumpeter (1934) como as ações políticas que visam a promover o bem-estar e a qualidade de vida de uma comunidade econômica. Isso vem ao encontro de Kuznets (1955), De La Croix e Michel (2002) de que o crescimento econômico é definido como um aumento no valor de mercado dos bens e serviços produzidos ao longo do tempo.

O Quadro 7 também expressa o pluralismo epistemológico do desenvolvimento, defendido por Adelman e Morris (1997) e Hettne (2009) que versa sobre os indicadores que melhor compreendem uma sociedade.

Como limitação do estudo, já apresentado por Schumpeter (1934), as cidades foco deste estudo estão em constante mudança, novos empregos e novas empresas surgirão, perturbando o equilíbrio. Além das teorias discutidas, existem e surgirão novas teorias buscando compreender o desenvolvimento econômico.

Sugestões para pesquisa futuras, o indicador ID1 (número de empresas por faixa de pessoa ocupada 0 a 4) é, de forma significativa, a categoria pior representada no mapa percentual. Esse fato requer um estudo aprofundado para a sua compreensão.

Por fim, a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico foi considerada um interativo neste estudo.

Quadro 8: distância euclidiana entre indicadores

| | ID1 | ID2 | ID3 | ID4 | ID5 | ID6 | ID7 | ID8 | ID9 | ID10 | ID11 | ID12 | ID13 | ID14 | ID15 | ID16 | ID17 | ID18 | ID19 | ID20 | ID21 | ID22 | ID23 | ID24 | ID25 | ID26 | ID27 | ID28 | ID29 |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|------|
| ID1 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID2 | 1,256 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID3 | 1,506 | ,250 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID4 | 1,515 | ,259 | ,009 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID5 | 1,541 | ,285 | ,035 | ,026 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID6 | 1,596 | ,340 | ,090 | ,081 | ,055 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID7 | 1,493 | ,237 | ,013 | ,022 | ,048 | ,103 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID8 | 1,546 | ,291 | ,041 | ,031 | ,005 | ,050 | ,053 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID9 | 1,715 | ,459 | ,209 | ,199 | ,174 | ,119 | ,222 | ,168 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID10 | 1,486 | ,230 | ,020 | ,029 | ,055 | ,110 | ,007 | ,061 | ,229 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID11 | 2,573 | 1,317 | 1,067 | 1,057 | 1,031 | ,977 | 1,080 | 1,026 | ,858 | 1,087 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID12 | 1,993 | ,737 | ,487 | ,478 | ,452 | ,397 | ,500 | ,447 | ,278 | ,507 | ,579 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID13 | 1,924 | ,669 | ,419 | ,409 | ,383 | ,329 | ,431 | ,378 | ,210 | ,439 | ,648 | ,069 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID14 | 2,046 | ,790 | ,540 | ,531 | ,505 | ,450 | ,553 | ,500 | ,331 | ,560 | ,527 | ,053 | ,122 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | | |
| ID15 | 3,289 | 2,033 | 1,783 | 1,774 | 1,748 | 1,693 | 1,796 | 1,743 | 1,574 | 1,803 | ,717 | 1,296 | 1,365 | 1,243 | ,000 | | | | | | | | | | | | | | |
| ID16 | 2,351 | 1,095 | ,845 | ,836 | ,810 | ,755 | ,858 | ,805 | ,637 | ,865 | ,221 | ,358 | ,427 | ,305 | ,938 | ,000 | | | | | | | | | | | | | |
| ID17 | 2,071 | ,815 | ,565 | ,556 | ,530 | ,475 | ,578 | ,525 | ,356 | ,585 | ,502 | ,078 | ,146 | ,025 | 1,218 | ,280 | ,000 | | | | | | | | | | | | |
| ID18 | 1,382 | ,126 | ,124 | ,133 | ,159 | ,214 | ,111 | ,164 | ,333 | ,104 | 1,191 | ,611 | ,543 | ,664 | 1,907 | ,969 | ,689 | ,000 | | | | | | | | | | | |
| ID19 | 3,479 | 2,223 | 1,973 | 1,963 | 1,937 | 1,883 | 1,986 | 1,932 | 1,764 | 1,993 | ,906 | 1,485 | 1,554 | 1,433 | ,189 | 1,127 | 1,408 | 2,097 | ,000 | | | | | | | | | | |
| ID20 | 2,092 | ,836 | ,586 | ,577 | ,551 | ,496 | ,599 | ,546 | ,377 | ,606 | ,481 | ,099 | ,167 | ,046 | 1,197 | ,259 | ,021 | ,710 | 1,387 | ,000 | | | | | | | | | |
| ID21 | 1,831 | ,575 | ,325 | ,316 | ,290 | ,235 | ,338 | ,285 | ,117 | ,345 | ,741 | ,162 | ,093 | ,215 | 1,458 | ,520 | ,240 | ,449 | 1,647 | ,261 | ,000 | | | | | | | | |
| ID22 | 3,355 | 2,099 | 1,849 | 1,840 | 1,814 | 1,759 | 1,862 | 1,809 | 1,640 | 1,869 | ,782 | 1,362 | 1,430 | 1,309 | ,066 | 1,004 | 1,284 | 1,973 | ,124 | 1,263 | 1,524 | ,000 | | | | | | | |
| ID23 | 2,283 | 1,028 | ,778 | ,768 | ,742 | ,688 | ,790 | ,737 | ,569 | ,798 | ,289 | ,290 | ,359 | ,237 | 1,006 | ,068 | ,212 | ,902 | 1,195 | ,191 | ,452 | 1,072 | ,000 | | | | | | |
| ID24 | 1,889 | ,633 | ,383 | ,374 | ,348 | ,293 | ,396 | ,343 | ,175 | ,403 | ,683 | ,104 | ,035 | ,157 | 1,400 | ,462 | ,182 | ,507 | 1,589 | ,203 | ,058 | 1,466 | ,394 | ,000 | | | | | |
| ID25 | 2,736 | 1,481 | 1,231 | 1,221 | 1,195 | 1,141 | 1,243 | 1,190 | 1,022 | 1,251 | ,164 | ,743 | ,812 | ,690 | ,553 | ,385 | ,665 | 1,355 | ,742 | ,644 | ,905 | ,619 | ,453 | ,847 | ,000 | | | | |
| ID26 | 1,942 | ,686 | ,436 | ,426 | ,401 | ,346 | ,449 | ,395 | ,227 | ,456 | ,631 | ,051 | ,017 | ,104 | 1,347 | ,409 | ,129 | ,560 | 1,537 | ,150 | ,111 | 1,413 | ,342 | ,052 | ,795 | ,000 | | | |
| ID27 | 2,128 | ,872 | ,622 | ,612 | ,587 | ,532 | ,635 | ,581 | ,413 | ,642 | ,445 | ,135 | ,203 | ,082 | 1,161 | ,223 | ,057 | ,746 | 1,351 | ,036 | ,297 | 1,227 | ,156 | ,238 | ,609 | ,186 | ,000 | | |
| ID28 | 1,934 | ,678 | ,428 | ,419 | ,393 | ,338 | ,441 | ,388 | ,219 | ,448 | ,639 | ,059 | ,009 | ,112 | 1,355 | ,417 | ,137 | ,552 | 1,545 | ,158 | ,103 | 1,421 | ,349 | ,045 | ,802 | ,008 | ,194 | ,000 | |
| ID29 | 1,839 | ,584 | ,334 | ,324 | ,298 | ,244 | ,346 | ,293 | ,125 | ,354 | ,733 | ,154 | ,085 | ,207 | 1,450 | ,512 | ,231 | ,458 | 1,639 | ,252 | ,008 | 1,515 | ,444 | ,050 | ,897 | ,102 | ,288 | ,094 | ,000 |

Fonte: dados da pesquisa

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Irma; MORRIS, Cynthia Taft. Editorial: development history and its implications for development theory. **World Development**, v. 25, n. 6, p. 831-840, 1997.
- ADELMAN, Irma; YELDAN, Erinc. Is this the end of economic development?. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 11, n. 1, p. 95-109, 2000.
- ARNDT, Heinz Wolfgang. The origins of structuralism. **World Development**, v. 13, n. 2, p. 151-159, 1985.
- BATES, Robert H. Social dilemmas and rational individuals: an assessment of the new institutionalism. IN THE: HARRISS, John; HUNTER, Janet; LEWIS, Colin (Ed.). **The new institutional economics and third world development**. New York: Routledge, 2003.
- BITTENCOURT, Manoel. Financial development and economic growth in Latin America: Is Schumpeter right?. **Journal of Policy Modeling**, v. 34, n. 3, p. 341-355, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. A theoretical framework for a Structuralist Development Macroeconomics. **Draft paper**, 2012.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. World commission on environment and development. **Our common future**, p. 8-9, 1987.
- CALDERÓN, César; LIU, Lin. The direction of causality between financial development and economic growth. **Journal of Development Economics**, v. 72, n. 1, p. 321-334, 2003.
- CARROLL, J. Douglas; ARABIE, Phipps. Multidimensional scaling. **Measurement, Judgment, and Decision Making**, p. 179-250, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society: The information age: Economy, society, and culture**. 2.ed. New Jersey, USA: Wiley-Blackwell, 2011.
- CLARKE, Simon. The neoliberal theory of society. **Neoliberalism: A critical reader**, p. 50-59, 2005.
- COXON, Anthony Peter Macmillan. **The User's Guide to Multidimensional Scaling**. London: Heinemann Educational Books, 1982.
- DE GREGORIO, Jose; GUIDOTTI, Pablo E. Financial development and economic growth. **World development**, v. 23, n. 3, p. 433-448, 1995.
- DE LA CROIX, David; MICHEL, Philippe. **A theory of economic growth: dynamics and policy in overlapping generations**. Cambridge University Press, 2002.
- DEMETRIADES, Panicos O.; HUSSEIN, Khaled A. Does financial development cause economic growth? Time-series evidence from 16 countries. **Journal of development Economics**, v. 51, n. 2, p. 387-411, 1996.
- DOS SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. **American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.
- ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (Ed.). **The triple bottom line, does it all add up?: assessing the sustainability of business and CSR**. Londres: Earthscan, 2004. pp. 1-16.
- ELLIOTT, Jennifer. **An introduction to sustainable development**. 4.ed. New York: Routledge, 2012.
- ESCOBAR, Arturo. Beyond the search for a paradigm? Post-development and beyond. **Development**, v. 43, n. 4, p. 11-14, 2000.

- ESTEVA, Gustavo. Regenerating people's space. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 12, n. 1, p. 125-152, 1987.
- FÁVERO, Luiz Paulo et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- FERRARO, Vincent. Dependency theory: An introduction. In the: SECONDI, Giorgio (ed). **Development Economics Reader**. London: Routledge, 2008.
- FUNG, Michael K. Financial development and economic growth: convergence or divergence?. **Journal of International Money and Finance**, v. 28, n. 1, p. 56-67, 2009.
- FURUBOTN, Eirik Grundtvig; RICHTER, Rudolf. **Institutions and economic theory: The contribution of the new institutional economics**. 2.ed. University of Michigan Press, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age**. Stanford University Press, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity: The Raymond Fred West memorial lectures**. Stanford University Press, 1990.
- GREGORIO, Jose de; GUIDOTTI, Pablo E. Financial development and economic growth. **World development**, v. 23, n. 3, p. 433-448, 1995.
- HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HARRISS, John; HUNTER, Janet; LEWIS, Colin. Introduction: development and significance of nie. IN THE: HARRISS, John; HUNTER, Janet; LEWIS, Colin (Ed.). **The new institutional economics and third world development**. New York: Routledge, 2003.
- HASSAN, M. Kabir; SANCHEZ, Benito; YU, Jung-Suk. Financial development and economic growth: New evidence from panel data. **The Quarterly Review of economics and finance**, v. 51, n. 1, p. 88-104, 2011.
- HETTNE, Björn. Development discourses in history. In the: HETTNE, Björn (ed). **Thinking about development**. Cynthia Street, London: Zed Books, 2009.
- HSUEH, Shun-Jen; HU, Yu-Hau; TU, Chien-Heng. Economic growth and financial development in Asian countries: A bootstrap panel Granger causality analysis. **Economic Modelling**, v. 32, p. 294-301, 2013.
- ILO, International Labour Office. **Employment, Growth and Basic Needs: A One-World Problem**. New York/London: Praeger Publishers, 1976.
- JOLLY, Richard. The world employment conference: the enthronement of basic needs. **Development Policy Review**, v. 9, n. 2, p. 31-44, 1976.
- KING, Robert G.; LEVINE, Ross. Finance and growth: Schumpeter might be right. **The quarterly journal of economics**, v. 108, n. 3, p. 717-737, 1993.
- KOCMANOVÁ, Alena; HREBICEK, J.; DOCEKALOV, M. Corporate governance and sustainability. **Econ Manage**, v. 16, p. 543-550, 2011.
- KRUSKAL, Joseph B. Multidimensional scaling by optimizing goodness of fit to a nonmetric hypothesis. **Psychometrika**, v. 29, n. 1, p. 1-27, 1964.
- KRUSKAL, Joseph B. Nonmetric multidimensional scaling: a numerical method. **Psychometrika**, v. 29, n. 2, p. 115-129, 1964.
- KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **The American economic review**, p. 1-28, 1955.

- LEIBENSTEIN, Harvey. **General X-efficiency theory and economic development**. Toronto: Oxford University Press, 1978.
- LERNER, Daniel. Comparative analysis of processes of modernization. In the: MINER, Horace Mitchell (Ed.). **The city in modern Africa**. Westport, Connecticut: Praeger, 1967.
- LERNER, Daniel. **The passing of traditional society: Modernizing the Middle East**. Glencoe ILL.: The Free Press.1958.
- LEVINE, Ross. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of economic literature**, p. 688-726, 1997.
- LIN, Justin Yifu. New structural economics. **Policy Research Working Paper**, v. 5197, 2010.
- LIU, Yong; LI, Weiping. Regional financial development and regional economic growth: An empirical analysis of Suzhou City, China. **Chinese Geographical Science**, v. 20, n. 3, p. 269-274, 2010.
- MARÔCO, João. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 5.ed. Pero Pinheiro: ReportNumber, Lda, 2011.
- MASLOW, Abraham Harold. A theory of human motivation. **Psychological review**, v. 50, n. 4, p. 370, 1943.
- MCKINNON, Ronald I. **Money and capital in economic development**. Brookings Institution Press, 1973.
- MCMICHAEL, Philip. **Development and social change: A global perspective**. 5.ed. Sage Publications: Thousand Oaks, 2011.
- MENARD, Claude; SHIRLEY, Mary M. Introduction. IN THE: MENARD, Claude; SHIRLEY, Mary M. (Ed.). **Handbook of new institutional economics**. New York: Springer, 2005.
- MISSIO, Fabrício J.; JAYME JR, Frederico G.; OREIRO, José Luis. RESGATANDO A TRADIÇÃO ESTRUTURALISTA NA ECONOMIA. In: ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia. 23.,2014. Rio de Janeiro. **Anais do XLI Encontro Nacional de Economia**. Rio de Janeiro, 2014.
- NABLI, Mustapha K.; NUGENT, Jeffrey B. The new institutional economics and its applicability to development. **World Development**, v. 17, n. 9, p. 1333-1347, 1989.
- NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge university press, 1990.
- NORTH, Douglass C. The new institutional economics and third World development. IN THE: HARRISS, John; HUNTER, Janet; LEWIS, Colin (Ed.). **The new institutional economics and third world development**. New York: Routledge, 2003.
- OMIDEYI, Adekunbi Kehinde. Poverty and development in Nigeria: trailing the MDGs?. **African Journal of Infectious Diseases**, v. 1, n. 1, p. 3-17, 2007.
- OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge university press, 1990.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development. The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World Report 2013**. New York: United Nations Development Programme, 2013.

- POULTON, Colin et al. A new institutional economics perspective on current policy debates. In the: DORWARD, Andrew et al (ed.). **Smallholder cash crop production under market liberalisation: a new institutional economics perspective**. CAB International, 1998.
- PREBISCH, Raúl; CABAÑAS, Gustavo Martínez. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **El trimestre económico**, p. 347-431, 1949.
- SACHS, Wolfgang. **The development dictionary: A guide to knowledge as power**. London: Zed Books. 1992.
- SCHILLER, Herbert I. **Communication and cultural domination**. New York: ME Sharpe, 1976.
- SCHRAMM, Wilbur Lang. **Mass media and national development: The role of information in the developing countries**. Stanford University Press, 1964.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **The theory of economic development: An inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle**. Transaction Publishers, 1934.
- SEN, Amartya. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- SHAW, Edward S. **Financial deepening in economic development**. New York: Oxford University Press, 1973.
- SINGER, Hans W. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **The American Economic Review**, p. 473-485, 1950.
- STEPHENSON, John B. Is everyone going modern? A critique and a suggestion for measuring modernism. **American Journal of Sociology**, p. 265-275, 1968.
- STREET, James H.; JAMES, Dilmus D. Institutionalism, structuralism, and dependency in Latin America. **Journal of Economic Issues**, p. 673-689, 1982.
- STREETEN, Paul; BURKI, Shahid Javed. Basic needs: some issues. **World Development**, v. 6, n. 3, p. 411-421, 1978.
- SUNKEL, Osvaldo. National development policy and external dependence in Latin America. **The Journal of Development Studies**, v. 6, n. 1, p. 23-48, 1969.
- UDDIN, Gazi Salah; SJÖ, Bo; SHAHBAZ, Muhammad. The causal nexus between financial development and economic growth in Kenya. **Economic Modelling**, v. 35, p. 701-707, 2013.
- UL HAQ, Mahbub et al. **Reflections on human development**. Oxford University Press, 1996.
- VANHULST, Julien; BELING, Adrian E. Buen vivir: Emergent discourse within or beyond sustainable development? **Ecological Economics**, v. 101, p. 54-63, 2014.
- WILLIAMSON, Oliver E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of economic literature**, p. 595-613, 2000.
- WILLIS, Katie. **Theories and practices of development**. 2.ed. New York: Routledge, 2011.
- WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and society**, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.
- ZACCAI, Edwin. Over two decades in pursuit of sustainable development: Influence, transformations, limits. **Environmental Development**, v. 1, n. 1, p. 79-90, 2012.
- ZHANG, Jin; WANG, Lanfang; WANG, Susheng. Financial development and economic growth: Recent evidence from China. **Journal of Comparative Economics**, v. 40, n. 3, p. 393-412, 2012.